

CAMPUS

JORNAL LABORATÓRIO • DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO • UnB • Nº 35 • OUT 81



Fugidos da perseguição, camelôs vão para passarela do eixo subterrâneo sul.

Falência garante moradia a marginais nas obras paradas

A obra que se parece com uma aranha, na 903/904 sul; o hospital da asa norte e a construção que está atrás do Ed. Venâncio 2000, são obras que estão paradas há no mínimo oito anos. Quando não representam uma necessidade para a população de Brasília, estragam a estética da cidade mais nova e mais moderna do mundo em seus pontos-chaves. Isso representa uma má administração por parte do governo local, que não se preocupa sequer com a segurança do brasiliense, já que estas construções abrigam grande número de marginais.

(pág. 3)

DF já exporta soja

Cinco mil toneladas de soja — quantidade igual à de Minas Gerais — serão exportadas pelo Distrito Federal para a Holanda, numa prova de que a ocupação do cerrado é uma realidade. Estes excedentes exportáveis só foram obtidos após a criação do Programa de Assentamento Dirigido, que prevê para os próximos três anos a independência quase total no setor de alimentos.

(pág. 4)

Mesmo escondidos, camelôs batalham pela sobrevivência

Nos últimos meses os camelôs não conseguem trabalhar sem ser interrompidos pelos fiscais, mais conhecidos como rapas, que aparecem três ou quatro vezes ao dia, para apreender as mercadorias e cobrar altíssimas multas aos vendedores. Apavorados com a situação, os camelôs estão vendendo sua mercadoria escondidos na passarela subterrânea do eixo sul e oferecem dinheiro para que os ajude a conseguir autorização para trabalhar sem problemas.

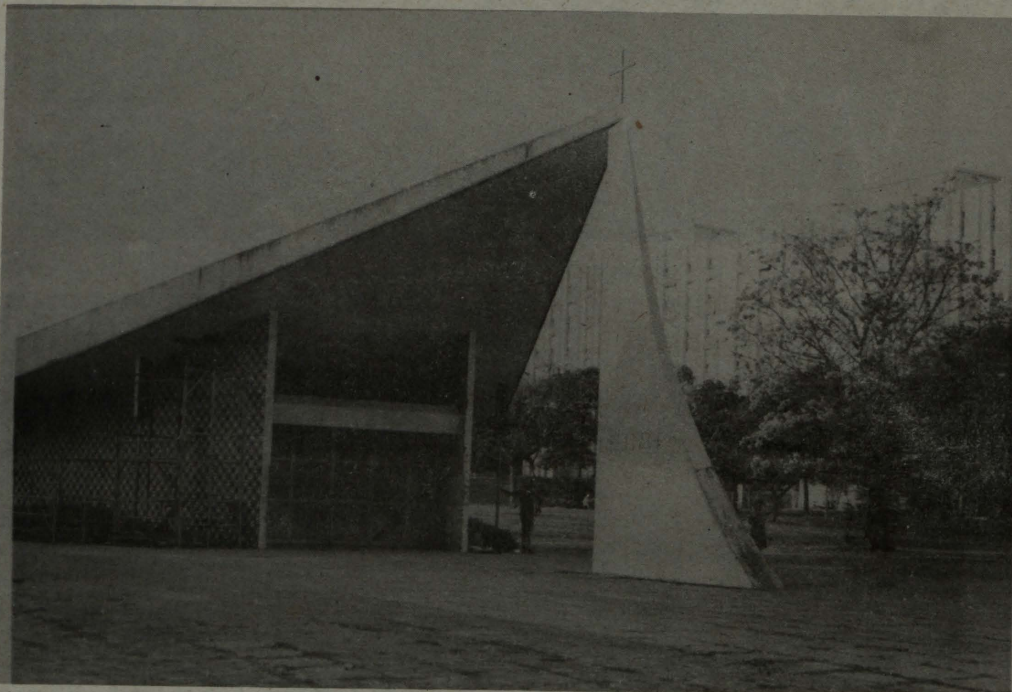
(pág. 5)

Cooperativas agilizadas com novo sistema do BNCC

A prioridade dada à agricultura pelo governo, em tempos de escassez de alimentos, deu ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo sua maior chance de afirmação. A instalação de carteira de câmbio, o combate à corrupção e à inércia administrativas, além de esforço para a padronização de todas as fachadas do BNCC no país dão ao Banco uma nova imagem. (pág. 7)

No Planalto Central surge o 4º poder

Eles vieram com a abertura política. Espalharam-se pelo Setor Comercial de Brasília. São os famosos lobbies, rotulados de "Assessoria de Imprensa-Relações Públicas" ou de "Advocacia Administrativa". Para alguns, uma forma salutar de práticas democráticas. Para outros, simplesmente representantes dos grupos econômicos. (Pág. 8)



Picharam a igreja

Magali Gontijo

O vigário e os paroquianos da igreja Nossa Senhora de Fátima, localizada na 307 Sul, contrataram um guarda especialmente para evitar as pichações que vem aparecendo ultimamente nas suas paredes. **Precisamos de uma Igreja comunista. Queremos uma Igreja livre. Fora o padre e o clero.** São algumas das frases pintadas nas paredes e no teto da entrada principal da igreja inaugurada em 1960. Além de pertencer ao Patrimônio Histórico de Brasília, a igreja Nossa Senhora de Fátima foi a primeira paróquia criada no Plano Piloto e ainda é considerada um dos pontos turísticos mais visitados da capital federal.

Para frei Amadeu Semin, da Ordem dos Capuchinhos Franciscanos e vigário da paróquia, "a igreja foi pichada por

alguém que quis se vingar das muitas verdades ditas por padres desta comunidade". Uma dessas verdades, segundo Neusa Maciel Barros, assistente social da paróquia, foi dita no programa Meira Filho da Rádio Planalto, quando o vice-diretor, frei Domingos Bruziamarello, denunciou a falsificação de casamentos por parte da igreja brasileira, que cobra taxas excessivas por sua realização.

Segundo frei Amadeu, as pichações podem ter ocorrido também por motivos políticos, pois nos programas diários de que participa na Rádio Planalto, o seu companheiro frei Domingos aborda com insistência temas como justiça social e a exploração dos operários.

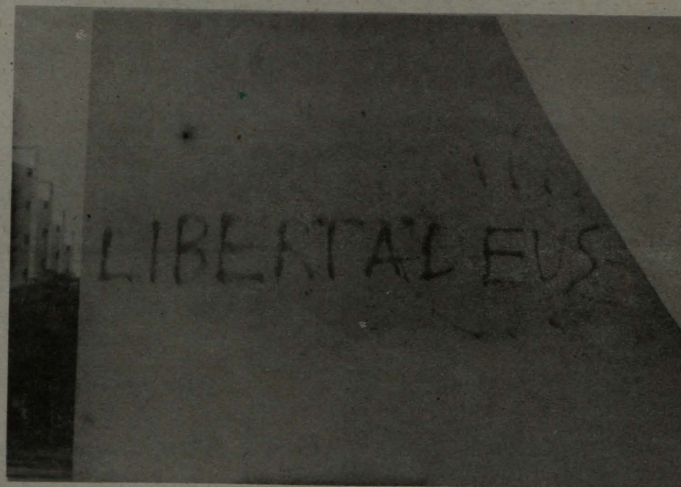
Conforme declarações de Neusa Maciel, são constantes os telefonemas anônimos na paróquia com ameaças a frei

Domingos. Ele, porém, permanece irredutível na sua intenção de continuar pregando, pois diz não ter medo de falar a verdade, garante ela.

Afirma frei Amadeu que a igreja Nossa Senhora de Fátima, ao ser inaugurada, tinha um guarda, pago pela Novacap, para zelar por sua segurança, mas, posteriormente, a própria Novacap, resolveu dispensar o vigilante.

"Hoje — frisa — a igreja encontra-se em reforma, tendo sido trocadas as portas por motivos de segurança, uma vez que todo o dinheiro que recebíamos, em doação, estava sendo roubado".

Segundo afirmou frei Amadeu, o ambiente noturno em torno do templo, está ficando cada vez mais conturbado. Mendigos, bêbados, pessoas que não têm onde passar a noite e todos os tipos de marginais fazem da praça da igreja um ponto de encontro, destroem a vegetação e depedram o templo, provocando algazarras e gritarias, criando problemas higiênicos e de conservação, na área. Ao reclamar a falta de policiamento permanente no local, frei Amadeu chegou a revelar que, já por duas vezes, a igreja amanheceu coberta de desenhos e frases pornográficas, "num claro atentado contra a moral, obrigando os paroquianos a repintar às pressas as paredes manchadas".



JORNAL-LABORATÓRIO Nº 35

UNIVERSIDADE

DE BRASÍLIA (UnB)

DEPARTAMENTO

DE COMUNICAÇÃO

OUTUBRO 1981

Publicação Mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas "Técnicas de Jornal e Período I" e "Paginação e Revisão". Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.

Diagramação: Jeannett Dias Lima (pág. 2) Marcia Suyene de A. Fernandes (pág. 3) Jurema Maria (pág. 4) Pedro Jorge e Nadja (pág. 5) José Carlos (pág. 6) Maria Carmem Mortzsohn (pág. 7) Walfredo de Freitas Filho (pág. 8)

CO sem movimento nos fins de semana

Josimar de Gusmão Lopes

jogar normalmente.

O CO, considerado pelo próprio professor Braga como um dos centros desportivos mais completos do Brasil, ocupando uma área de aproximadamente de 114 hectares, desde que esta instrução passou efetivamente a vigorar permanece completamente vazio nos fins-de-semana.

Conforme ainda o professor Alcir Braga, a possibilidade de colocar os vigilantes, que atualmente ficam na portaria para impedir a entrada das pessoas que não tenham a carteira da universidade, para fiscalizar a conduta dos usuários é inviável, porque seria necessário um número bem maior de vigilantes para realizar este tipo de serviço. E a UnB não tem condições de contratar mais nenhum vigilante para fazer esta tarefa.

Desde março deste ano só podem frequentar o Centro Olímpico da UnB (CO), que fez 10 anos de existência no último dia 3, os alunos, funcionários e seus dependentes diretos, ou seja, esposas e filhos.

Segundo o professor Alcir Braga Sanches, chefe do Departamento de Educação Física e responsável pelo CO, o acesso ao Centro é regulamentado pela instrução nº 007/75 da Reitoria, que prevê a entrada apenas dos alunos, funcionários e seus dependentes diretos.

O fato é que até março deste ano esta instrução não havia sido levada muito a sério. E a maior parte das pessoas que frequentavam o CO ou eram ex-alunos da universidade ou moradores da asa norte. A consequência desta atitude é um CO

completamente vazio nos fins-de-semana. Quem não tem a carteira estudantil ou funcional da universidade não mais se arrisca em ir até o Centro Olímpico, porque sabe que na portaria vai ter um vigilante para lhe exigir a carteira. Os chamados esportes coletivos, isto é, as modalidades esportivas que envolvem várias pessoas para a sua prática como voleibol, basquete, futebol de salão, não mais podem ser praticados. No futebol de salão, por exemplo, em que são necessários cinco pessoas para cada time é comum encontrar apenas três pessoas em cada equipe jogando de improviso. Esta improvisação certamente ocorre porque a pessoa que sai de casa para ir jogar a sua partida de fim-de-semana não está com vontade de esperar até o próximo sábado, para ver se vai dar o número necessário para

Falência garante moradia a marginais nas obras paradas.

Cecília Maia

Os marginais e prostitutas, juntamente com as ninhadas de ratos, são os hóspedes mais frequentes das construções inacabadas do Plano Piloto. Atualmente, a obra que seria o Hospital Regional da Asa Norte, localizado na 102 norte, tem sido o mais procurado por essas pessoas. Ao contrário da construção que está parada há anos, atrás do Edifício Venâncio 2000, que nem mesmo de moradia pode ser utilizada.

A secretaria de saúde do Distrito Federal garante que as obras já recomencem e que até 1983 o hospital será entregue à população do DF, pois dos um bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros da FAS destinados a este órgão, cem milhões foram designados ao prosseguimento das obras do hospital. Por outro lado, a Novacap — responsável pela administração da construção, assegurou que o hospital continuará parado por falta de verbas. Da mesma forma, a obra que se parece com uma aranha, na 903/904 sul, que seria o museu da imagem e do som do DF, continuará parado, como garantiu o médico, Ernesto Silva, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF, no período de 1967 a 71, quando se deu o início à obra. Isso porque a atual diretoria praticamente despreza o grande centro cultural que Ernesto Silva imaginou construir.

Projetado em meados de 1973, pelos arquitetos Valdetarro e Roberto Nadelutti, o terceiro HDB pretendia funcionar como hospital geral, mas suas obras foram paralisadas por falta de verbas. A partir de 1980, no atual governo do DF, a construção do hospital pode ser reiniciada, e deste ano para cá, foram construídas as estruturas dos blocos A, C e D, que há quatro meses estão estagnadas, como informou o vigia da construtora OPUS, responsável pela construção do hospital, José Ribamar dos Santos. No entanto, a secretaria de saúde do DF afirmou que os demais blocos deverão entrar em licitação para a conclusão ainda este ano. Em contraposição, a Novacap afirma que não existe prazo para a concorrência desta obra, porque ainda estão aguardando repasse de recurso.

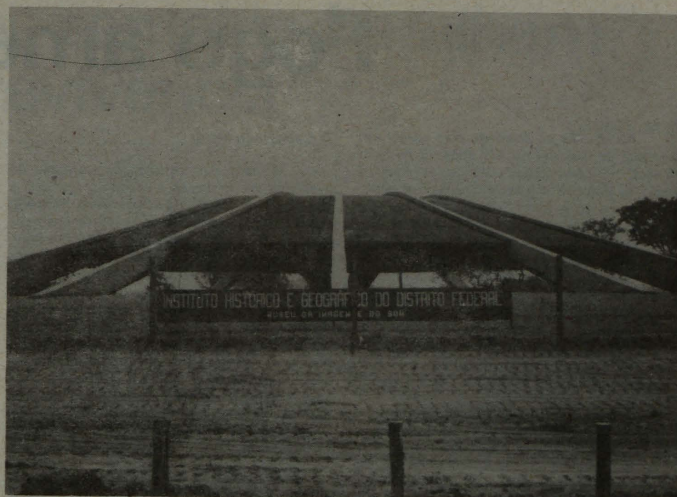
São ao todo 40 mil metros quadrados de área construída, e o hospital possui em sua estrutura física, seis blocos — um dos quais destinados a internação-clínicas básicas e serviços especializados de cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringo-

logia e neurologia, além de psiquiatria, quimada e terapia intensiva.

A parte da frente, que será destinada ao pronto socorro, está paralisada desde 1973. Ali, cerca de sessenta desempregados, incluindo 10 famílias, moram em péssimas condições. Colocam portas improvisadas nos pequenos quartos, papéis no chão, alguns vidros de maionese, para utilizá-los como copo, algumas latas de óleo, que fazem de panela, e pronto. "Melhor do que Morar em baixo da ponte," afirma um dos moradores. Um outro morador, que se negou a dizer o nome, disse que à noite, quando todos chegam para dormir, aquela obra vira uma festa. "O único problema do lugar, afirma ele, é o risco de acordar com uma facada no pescoço, ou na barriga. No mais tudo bem, ninguém tem nada de valor mesmo".

Atualmente desabitado pelos frequentadores, o museu, que tem forma de aranha, está abandonado desde 1971, quando acabou a gestão da primeira diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do DF.

Iniciado em 1969, e arquitetado



Brasília poderia ter um grande centro cultural se não fosse o abandono do museu.

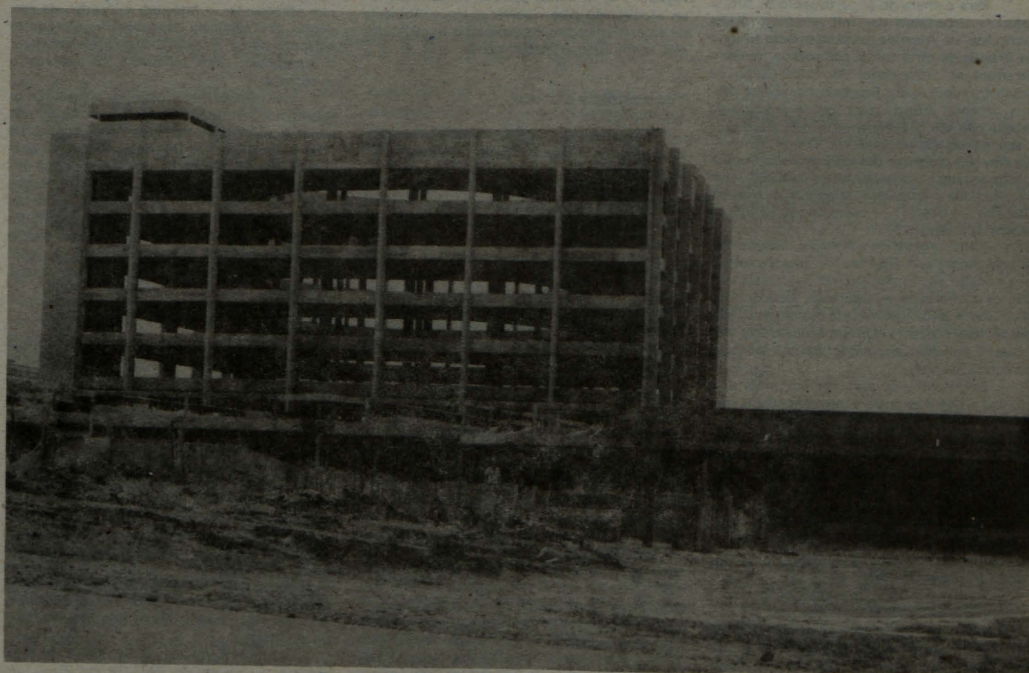
por Milton Ramos, o museu do instituto histórico e geográfico do DF contava em seu projeto inicial com três blocos. Um deles é o que está inacabado, que seria o museu propriamente dito. "Um museu da cidade, explica Ernesto Silva, onde seria recolhidos todos os objetos, todos os documentos, todas as fotografias e filmes sobre a história de Brasília. Não só da construção, mas também dos tempos passados, desde que surgiu o embrião da idéia de se fazer a nova capital". O segundo prédio seria um auditório, para conferências, exposições de filmes, cursos e etc. E o terceiro, com três ou quatro andares, destinado para a sede do instituto.

A idéia inicial era transformar este museu em ponto turístico cultural de Brasília, como afirma Ernesto Silva, que garante que o problema não é a falta de verbas: "Assim como consegui todas as verbas necessárias, inclusive a doação do terreno pela Novacap, para construir o museu, a atual diretoria também, se quizesse conseguiria.", lamentando o abandono, não só da construção do museu, mas também do instituto, que foi funda-

do em 1964, e na verdade nunca funcionou concretamente.

Ao contrário do museu e do hospital, a construção que fica atrás do edifício Venâncio 2000, que não serve nem mesmo para abrigar pessoas necessitadas, está há anos parada por causa de uma falência, como explicou José Carlos Melo, secretário de viação e obras do DF. Esta obra pertencia à Bi-Ba-Bo, e era financiada pela caderneta Vitória-Minas.

Durante a construção do grande magazin, a Vitória-Minas entrou em falência, e como este processo jurídico é muito demorado, não existe previsão para a conclusão. Esta obra não poderá ser tocada por outra firma e nem mesmo pelo governo, enquanto não terminar totalmente o processo de falência. Para exemplificar, José Carlos Melo citou uma construção no Rio de Janeiro, que há trinta anos está parada. "Acontece que esta obra, que seria um grande hotel, tinha uns cem associados, muitos inclusive já morreram. Portanto, o processo de falência não terá fim, e a obra ficará como está, até ninguém sabe quando."



Há oito anos a população espera pela conclusão do hospital da asa norte.

Fogo ameaça SCS

Denise Viana Couto

Ao atender ao chamado para apagar um princípio de incêndio no 14º andar do edifício Baracat, há cinco meses, dois carros-pipas do Corpo de Bombeiros levaram apenas dez minutos para chegar ao Setor Comercial Sul. Só que não conseguiram entrar por causa do trânsito.

Resultado: os bombeiros deixaram os carros na entrada e foram até o edifício onde constataram que o fogo já havia sido dominado pelos funcionários de uma Cooperativa Habitacional que funciona naquele andar.

Segundo o Capitão Eurivaldo Bastos, chefe da seção de perícia do Corpo de Bombeiros, este é um dos maiores problemas que a corporação enfrenta ao socorrer casos de incêndios na cidade.

Embora tenha sido planejada, Brasília oferece poucas facilidades no que se refere à segurança e combate a incêndios em prédios públicos e comerciais. Seus setores de comércio, serviços e áreas de grande acesso público são fechados aos carros-pipas do Corpo de Bombeiros a começar pela dificuldade de passagem no trânsito, pela concentração de automóveis nos estacionamentos, pelas barreiras de relevo e pela proximidade dos edifícios entre si, que além de impossibilitar a ação mais eficaz dos bombeiros, facilita a propagação do fogo para os prédios vizinhos.

As áreas onde esses problemas são mais visíveis são os setores bancários e de autarquias sul e norte, o Conjunto Nacional, os conjuntos Venâncio IV e 2000 e, finalmente, o Setor Comercial Sul.

Mas as listas de áreas de risco não terminam aí. Também entram nela a esplanada dos ministérios, cujos prédios têm uma ou duas opções de entrada e saída, e o edifício central do Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes, que se incendiasse, certamente, todo o poder legislativo morreria esturricado, o que seria um caso sem precedentes na história do país. Não há nenhuma possibilidade de aproximação dos carros-pipas ao prédio. De um lado, a rampa que leva ao patamar externo das conchas da Câmara e do Senado não suportaria sequer o peso de um carro-pipa, e, de outro, o lago artificial que, além de evitar a aproximação dos bombeiros, não tem profundidade suficiente para mergulhos, o que poderia ser uma alternativa às vítimas na hora do desespero.

Beleza, Economia ou Segurança?

Para o chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB, arquiteto Jaime Gonçalves de Almeida, o planejamento urbano de Brasília de certa forma compenso, se compararmos as dificuldades do nosso Corpo de Bombeiros com as dos Bombeiros de outros centros urbanos. Afinal, quem regula a ocupação urbana não são os bombeiros nem os arquitetos e sim o mercado imobiliário. "O que ocorre — diz ele — é o problema das edificações, principalmente aquelas construídas antes de 1963 — em 62 foi criada a Associação Brasileira de Normas Técnicas — (ABNT) — quando não existia o pânico de incêndio."

Tudo projeto de edificação deve ser elaborado segundo as Normas Técnicas da ABNT, que contém alguns dispositivos que regulamentam os coeficientes de segurança, tais como fácil acesso e saída, quantidade de concreto, qualidade das instalações elétricas e hidráulicas e do material aplicado, circulação vertical (elevadores e escadas), etc.

Entretanto, ao elaborar um projeto, o arquiteto dividido entre a preocupação com a funcionalidade, a economia, a segurança e a estética, acaba por dar mais ênfase a um desses aspectos em detrimento dos outros. Nesse caso a segurança é quase sempre desprezada pois não envolve a ocorrência do fato em si, mas a premissa de que ele possa vir a acontecer. Além do mais a segurança é muitas vezes devorada pelo fator economia, já que equipamentos e sistemas de combate a incêndio aumentam bastante o custo da obra.

Por outro lado, a preocupação com a prevenção e combate a incêndios vêm crescendo nos últimos anos, principalmente depois dos incêndios nos edifícios Andraus, Joelma e, mais recentemente, Grande Avenida, em São Paulo, quando a população dos grandes centros urbanos ficou apavorada.

A Legislação Muda

A partir daí aumentou a discussão do problema na imprensa e nas áreas técnicas, e um dos temas mais debatidos nessa discussão era o do aprimoramento da legislação que regula as obras públicas — as ABNT's e Códigos de Obras — de forma que abrangesse todos os fatores de segurança contra incêndios mais detalhadamente. Pretende-se com isso evitar os problemas do Corpo de Bombeiros que ao examinar a planta da obra — toda edificação deve ser examinada pelo Corpo de Bombeiros para receber o "Habite-se" — encontra-a incompleta no item de segurança contra incêndio e não têm base legal para contestar isto por que a legislação, a começar pelas ABNT's, é muito genérica. Segundo o engenheiro Félix Von Ranke, Secretário da ABNT, "há no Brasil cerca de 50 normas técnicas relacionadas com o combate a incêndio, entretanto isso representa apenas uma fração do que é necessário em termos de necessidades nacionais."

O mesmo ocorre com o código de obras, que determina entre outras coisas a localização da obra, seu afastamento das vias urbanas, a iluminação, ventilação, equipamentos básicos, etc. Essa legislação é aplicada em Brasília pelo Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras do Distrito Federal, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, que é responsável pela aprovação e licenciamento das edificações.

O código de obras de São Paulo é, hoje, o mais completo do país e seu aprimoramento foi conseguido depois de muito debate na imprensa com a participação inclusive da população, como maior fiscalizador desse processo.

Isso não significou no entanto, a solução definitiva dos problemas da cidade — uma das mais afetadas no país na questão de segurança contra incêndios.

A escassez de recursos financeiros dos condomínios aliada ao alto custo da colocação dos equipamentos obrigatórios nos prédios antigos, que não foram planejados para tê-los, são os principais fatores que impedem o cumprimento dos artigos do código.

Embora isso ainda aconteça, só o fato de ter conseguido o seu aprimoramento já representou um passo de gigante para a insegura população paulistana.

"O aprimoramento da legislação, sua divulgação entre os profissionais e a população e principalmente o controle exercido pela população — que considero um dos pontos chave, porque só as equipes de fiscalização não conseguem — é, na minha opinião, fundamental de ser modificado para resolver de vez o problema de segurança contra incêndios no Brasil", afirmou o arquiteto Jaime Gonçalves.

Todo cuidado é pouco

Mas não é só nesse aspecto que os prédios públicos e comerciais de Brasília carecem de segurança.

Estatísticas do Corpo de Bombeiros confirmam que a principal causa dos incêndios ocorridos no ano passado, na cidade, foi o fator ação pessoal acidental, ou seja: pontas de cigarros atiradas acesas, descuido na manipulação de produtos inflamáveis, defeitos em aparelhos de ar condicionado, sobrecarga em tomadas, que ocorre por se ligar vários aparelhos numa só tomada, armazenamento inadequado de combustíveis, esquecimento de aparelhos elétricos ligados, etc.

Dos 177 incêndios ocorridos este fator respondeu por 31%, seguido de 14% para ação pessoal direta — o incêndio criminoso, geralmente provocado para ganhar dinheiro do seguro — 8,5% para o acidental e 6,3% para o curto circuito. Os restantes estão distribuídos entre os itens fenômeno termo-elétrico, superaquecimento, eletricidade estática e causa não apurada.

O mais preocupante, no entanto, é que no levantamento dos bens sinistrados, os prédios públicos e comerciais de alvenaria perfazem um total de 53 ocorrências. Só este ano, por exemplo, já houve três incêndios na esplanada dos ministérios, um número relativamente alto para o local, e 29 na Asa Sul, área que encabeça a lista das ocorrências superando inclusive a cidade satélite de Taguatinga (16), embora esta seja bem maior e mais povoada.

Isso vem mostrando que em locais de trabalho e acesso público, onde as pessoas estão em constante vai e vem, absorvidas por suas obrigações e lidando com produtos altamente inflamáveis, o descuido e a falta de um comportamento preventivo são bastante altos.

Cada edifício, seja de uso público ou residencial, deve possuir todo um aparato de prevenção e combate a incêndio — escadas de emergência, portas corta-fogo, extintores e caixas de incêndio — pronto para funcionar a qualquer hora.

Mais do que isso, seus profissionais de manutenção e segurança devem manter os usuários do prédio informados quanto à localização e maneira correta de usar esses equipamentos.

A grande maioria dos prédios públicos, e nesse caso entram novamente aqueles de construção mais antiga, não só carecem de um sistema de prevenção e combate, como também, funcionam nas condições mais precárias de segurança.

Sem dinheiro, qual a saída?

O edifício do Ministério do Interior, no setor de autarquias sul, um prédio de 10 andares com apenas uma opção de entrada e saída, onde funcionam o Projeto Rodon, a FUNAI, a SUDENE, o DNOCS e a SUDECO, é um exemplo clássico disso. Os extintores e as mangueiras são os únicos equipamentos que o prédio tem contra incêndio. As escadas laterais de emergência — uma reivindicação antiga do chefe da segurança, Hélio Evangelista de Souza — já foram projetadas, só que o projeto há tempos tramita pela administração da SUDECO, que é responsável pela manutenção do prédio, à pro-

cura de recursos.

Enquanto isso Evangelista convive todos os dias com o perigo ao fazer a manutenção das instalações elétricas do prédio, que não foi planejado para a sobrecarga de 308 aparelhos de ar condicionado e, para suportá-la, teve ampliada a capacidade de carga da rede. Na atual situação da rede de distribuição de energia não pode ser instalado mais nenhum aparelho elétrico no prédio, a não ser que se faça um canal individual.

"É comum pessoas que trabalham aqui entrarem com aparelhos elétricos e instalarem sem a autorização da Seção de Manutenção. Nesses casos, ao ligarem o aparelho é acusada sobrecarga do circuito no quadro geral de controle, por isso somos obrigados a ficar em constante vigilância do quadro."

Evangelista considera que para solucionar este problema é necessária uma companhia interna de educação que pode ser feita pelas chamadas "Brigadas Contra Incêndio". Essas brigadas — aplicadas com sucesso em edifícios como o da EBCT e da Telebrasil — são formadas pelos próprios funcionários da empresa, que fazem estágio no Corpo de Bombeiros, onde estudam as condições do prédio para estabelecer estratégias de atuação nas ocorrências e fazem treinamento prático.

Em constante vigilância, as brigadas ficam responsabilizadas por determinados setores do prédio, estimulando hábitos preventivos, fiscalizando a manutenção dos equipamentos e orientando os colegas em caso de incêndio.

Tudo isso custa para a empresa apenas o transporte das brigadas para o treinamento, já que o Corpo de Bombeiros não cobra nada pelo estágio.

DF já exporta soja

Jurema Baesse

O Distrito Federal exportará, este ano, 5 mil toneladas de soja para a Holanda — cota semelhante a de Minas Gerais — foi o que declarou, ontem, em entrevista exclusiva para o "Campus", o porta-voz da Secretaria da Agricultura do Distrito Federal, Paulo Manhães, que afirmou ser o fato, um indicativo da tendência declinante da dependência de produtos agrícolas do DF em relação aos outros estados e, a capacidade, ainda incipiente, de exportar o excedente.

Na ocasião, Paulo Manhães apresentou os resultados de estudos de técnicos da Embrapa sobre a capacidade agrícola dos Cerrados, na qual se inclui todo o DF, de produzir uma qualidade especial de soja que apresenta perdas mínimas na colheita em relação às outras variedades. De acordo com os técnicos, em cinco anos a região possuirá cerca de cinco milhões de hectares cultivados com soja, o que significará cinco vezes mais a área plantada hoje, e desse total 20 por cento será destinado à variedade especial de soja denominada "Doko".

Dependência

O Distrito Federal apresenta hoje uma dependência agrícola mais acentuada no que se refere à sua produção de frutas, da ordem de 30 por cento, sendo que o abacaxi, melão e mamão já começa a ser produzido em grande escala.

Só com a criação do PAD-DF (Programa de Amentamento Dirigido) em 1977, é que o DF começou a caminhar em direção à sua independência em termos de produção agrícola. O PAD-DF cobre uma área de 61 mil hectares, divididos em sete áreas distintas, subdivididas em módulos de aproximadamente 300 hectares que foram entregues, mediante seleção da Fundação Zootécnica, a agricultores vindos, na maioria de São Paulo e do sul do país, como também do próprio DF, que foram ocupando estes módulos e tornando-os produtivos ao longo do tempo.

Para o porta-voz da Secretaria da Agricultura, a criação do PAD-DF significou um marco na história agrícola do DF. Hoje, há

quase 3 mil produtores cadastrados em Brasília contribuindo para a ocupação de, cerca de 70 por cento da área agricultável do DF. Como toda a terra do DF é do governo, aqueles que possuem o direito de uso da terra, isto é, arrendam determinado pedaço por um tempo "x" (varia entre 20 e 30 anos) e, por qualquer motivo, não a tornam produtiva dentro do prazo fixado pelo governo, ele tem o direito de tomá-la de volta. De acordo com Paulo Manhães, a fiscalização tem sido severa, "aquele que não produz não tem direito sobre a terra." Cerca de 40 por cento da área agricultável do DF ainda não foi desapropriada, isto é, aquela região que foi improdutivo o governo fará a desapropriação, ainda há grandes chácaras destinadas apenas ao lazer. Segundo explicou Manhães, não significa que toda esta área será desapropriada, o governo quer que se produza, e se o arrendatário assume o compromisso de torná-la produtiva, não há interesse do governo em desapropriá-la.

O DF já atende cerca de 70 por cento da sua demanda por produtos agrícolas, há ainda uma grande dependência por feijão e um pouco por arroz, cerca de 40 por cento, número considerado razoável para o DF. A sua produção de alto teor crescido sensivelmente, informou Manhães, pois o Brasil como é importador de alto teor grande interesse na sua produção. O DF já cultiva 80 hectares e produz 50 por cento do seu consumo interno.

Quanto à produção de ovos e carne (de aves) o DF é quase auto-suficiente. Atende 80 por cento de sua demanda por aves e quase totalmente por ovos. Quanto à produção de café, dentro de 3 anos o DF estará produzindo cerca de 800 mil pés e encerrará a sua dependência, por completo, com relação ao café.

De acordo com previsões de técnicos da Secretaria de Agricultura do DF, em torno de 3 anos o DF terá a sua independência quase que total, em termos de produção agrícola, em relação aos demais estados. De acordo com Manhães, as potencialidades dos cerrados são uma realidade.

Mesmo escondidos, camelôs batalham pela sobrevivência

Cecília Maia

Somente quem costuma atravessar a primeira passarela subterrânea que atravessa o eixo da asa sul sabe que a figura tradicional do vendedor ambulante, que fazia parte do cenário dos grandes centros comerciais da cidade, não desapareceu. Eles estão sendo abusivamente impedidos de trabalhar, e por isso estão, atualmente, vendendo sua mercadoria em local escondido.

A exemplo do que aconteceu no início do século, quando os feirantes tentavam impor seu trabalho, até então considerado ilegal, e acabou desembocando na revolta do quilo, os camelôs que expõem sua mercadoria no setor comercial sul e nos arredores do Hospital Distrital, estão sofrendo sérias perseguições e nos últimos meses não conseguem arrecadar dinheiro suficiente para cobrir as despesas com famílias e com viagens, que fazem parte da vida de um camelô. Eles acreditam que se trata de uma ordem do Presidente Figueiredo, e não só condenam o governo, como apontam a falta de representação política no Distrito Federal como responsável por tal situação. "Enquanto não tiver eleições aqui em Brasília, a coisa não muda, porque quem manda mesmo são os Homi", afirmou Zé Raminho, que é vendedor ambulante há vinte anos.

Os camelôs explicam que os fiscais, mais conhecidos como OS RAPAS, aparecem três ou quatro vezes ao dia e geralmente vêm acompanhados com soldados da PM. Alguns já são conhecidos e por isso torna-se mais fácil fugir a tempo. Se por acaso são pegos pelos fiscais, sua mercadoria vai para o depósito, de onde só é retirada mediante pagamento de uma taxa, que por vezes chega a oito mil cruzei-

ros. Além disso, pagam multas por venderem objetos em local proibido, que varia de dois a três mil cruzeiros.

As consequências são diversas, além do grande prejuízo que têm com a apreensão da mercadoria, os camelôs vivem atualmente num clima de tensão muito grande. Francisco do Nascimento, por exemplo, foi parar no hospital com uma crise nervosa, na última vez que foi pego. Sua mercadoria foi toda apreendida e ele não tinha dinheiro para retirá-la.

Quem passa na frente do hospital distrital acredita que os camelôs foram mesmo embora. Na verdade estão vendendo sua mercadoria escondido, na primeira passarela subterrânea que atravessa o eixo da asa sul. Ali estão concentrados mais de trinta camelôs, assentados um ao lado do outro como uma feira.

Com muito medo de falar sobre a situação que estão passando, os camelôs ofereceram dinheiro para que os repórteres fossem embora e não publicassem nada no jornal. Mas acabaram confessando que os fiscais, além de ameaçarem diariamente, fazem sérias agressões físicas, e ainda por cima, roubam mercadorias antes de deixá-las nos depósitos. Há dois meses, no Setor Comercial Sul, os fiscais apreenderam um camelô, que revoltado começou a discutir para evitar a confusão. Neste momento, chegou uma outra pessoa apenas para perguntar o que estava acontecendo. Foi o suficiente para que este estranho levasse uma cacetada na cabeça, de um soldado da PM, que juntamente com o camelô o levou à delegacia, alegando que o rapaz havia desatado as autoridades presentes.

O assessor da diretoria de fiscalização do DF, Francisco Portella, nega qual-



Documentos são vendidos ali, de madrugada, em uma feira no DF.

quer tipo de agressão, e afirma que aos fiscais só é permitido fazer o trabalho de prevenção. Ou seja, não permitir que os vendedores ambulante comercializem em logradouros públicos. Francisco Portella explica que a atividade de camelô só tem o conhecimento legal a partir do momento que não estiver fixado em qualquer área do plano piloto. A lei só os prote-

ge se ficar andando com sua mercadoria como um vendedor de picolé.

De acordo com o regulamento do ICM qualquer comércio que seja feito em local fixo deverá ser taxado pelo Imposto sobre Circulação de Mercadoria, o que não é o caso dos camelôs, que não pagam imposto e, portanto, concorrem ilegalmente com os comerciantes.

Festival de Cinema do DF torna-se evento sem força

Rossana Alves

"O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, onde se promovia uma ampla discussão e avaliação do fenômeno cultural do cinema no Brasil, vem perdendo sua força e se tornou um evento praticamente esvaziado. A declaração é do cineasta Wladimir Carvalho, da Associação Brasileira dos Documentaristas (ABD).

Existe hoje, nos meios cinematográficos, uma grande expectativa em torno da realização do Festival de 81, já que se teme, este ano, uma reedição dos erros do Festival de 80. "A mostra do ano passado foi pobre, sem a participação dos diversos setores ligados ao cinema brasileiro", protesta Wladimir. Fernando Adolfo, Assessor de Cinema da Fundação Cultural do DF e um dos responsáveis pela sua organização, não acha que a mostra de 80 tenha sido ruim. "Nós temos um grande empenho na realização do Festival, mesmo porque ele já é tradicional aqui em Brasília, e este ano nós teremos um grande Festival".

Apesar do mutismo que, segundo Wladimir, vem se formando em torno da sua realização, o Festival de 81, que já está marcado para novembro, "poderia e deveria acontecer com grande força. O

cinema brasileiro atravessa uma de suas mais sérias crises, por isso este é o momento de se fazer uma grande discussão de seus problemas mais graves".

Para que a discussão seja a mais ampla possível, a ABD reivindica para o Festival deste ano a "participação efetiva de entidades nacionais e locais representativas da atividade cinematográfica", como a própria ABD, as Associações Brasileira e Paulista de Cineastas, os Sindicatos de Artistas e Técnicos e de Produtores, o Conselho Nacional de Cineclubes, o Centro de Pesquisadores, além do Centro de Cultura Cinematográfica e o CUCA brasilienses. Em documento enviado à Fundação Cultural, essas entidades "exigem" a participação do maior número possível de filmes de 35, 16 e 8mm, já que a mostra de 80 contou com apenas dez filmes, cinco de longa e cinco de curta-metragem; participação de representantes de todas as entidades do cinema brasileiro, bem como o maior número possível de profissionais ligados às equipes técnicas e elencos dos filmes apresentados; participação nas Comissões de Seleção e Premiação de representantes e profissionais das diversas áreas do cinema; permanência e aperfei-

çoamento do juri popular; ampliação das exhibições dos filmes nas cidades-satélites, com divulgação adequada; realização de mostras cinematográficas paralelas à principal; discussão dos filmes apresentados e da política cultural dentro das cidades-satélites e da Universidade; bem como a intensificação da participação da Fundação Cultural, Embrafilme e Caixa Econômica na promoção da mostra.

Fernando Adolfo, no entanto, alega falta de verbas: "não adianta se trazer muita gente para cá. Acho que é necessária apenas a presença dos diretores dos filmes. O Festival é uma promoção muito cara. Só este ano estamos prevendo um gasto de 7 milhões de cruzeiros".

Para a ABD, é fundamental que se faça este ano um bom trabalho de divulgação do Festival, já que é muito importante que o público brasileiro participe ativamente da mostra, o que não aconteceu em 1980. Tanto o Cine Brasília, quanto os cinemas das cidades-satélites estavam vazios. Segundo dados da própria Fundação Cultural, durante os cinco dias da mostra, houve 125 sessões para um público de 7.246 pessoas, numa média de 57 espectadores por sessão, frequência

considerada muito baixa se comparada a do Festival de 79, quando em apenas 19 apresentações contou-se com um público de 9.982 pessoas. Quanto à experiência de se levar o Festival às cidades-satélites, Fernando Adolfo acha que o público "correspondeu às nossas expectativas", apesar do Cine Alvorada de Sobradinho, por exemplo, ter atraído, em 25 apresentações, apenas 439 espectadores. Este ano, a Fundação pretende limitar as apresentações dos filmes concorrentes aos horários de 20:00 e 22:00 nas cidades-satélites.

Na programação do Festival de 81 constam um Simpósio sobre Direito Autoral, no Galpãozinho, durante os dias da mostra (9 a 13 de novembro), no horário de 15:30 às 18:00 e a discussão dos filmes, entre os diretores e o público, todas as manhãs de 9:00 às 12:00 no Cine Brasília. Humberto Mauro, diretor do filme "Ganga Bruta" e um dos maiores batalhadores do cinema nacional, será o homenageado especial deste ano. Para falar sobre a obra de Mauro, o crítico Jean-Claude Bernadet está sendo convidado pela Fundação Cultural para vir a Brasília.

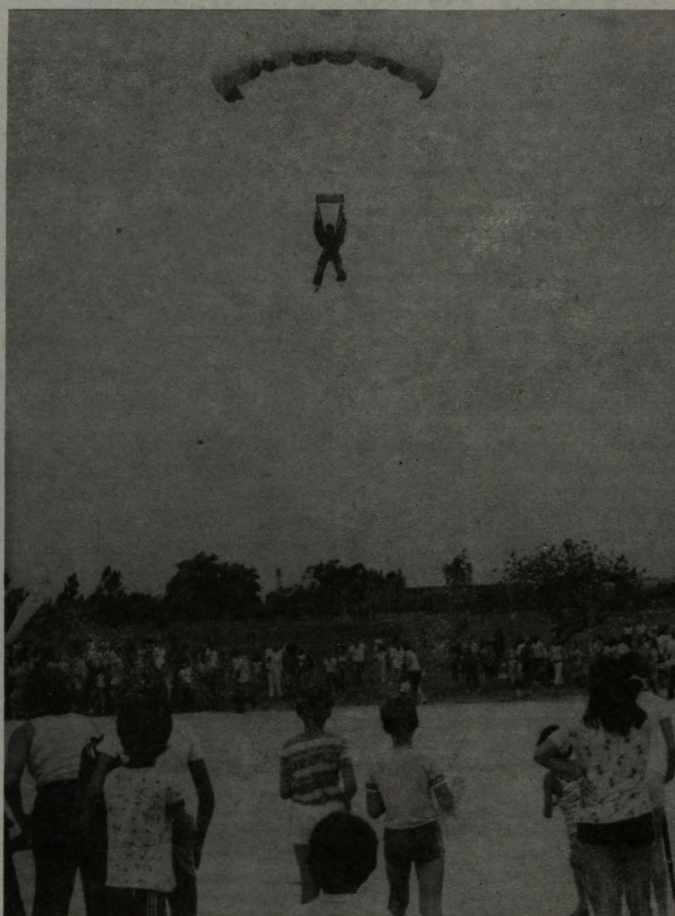
Crianças de todo DF na festa do Parque

Cláudio Alves

"Isso, não queiram mais vir a esse tipo de coisa. Isso não presta." Este conselho, dado por uma mãe satisfeita em ver seus filhos se desinteressarem pelo show d'Os Trapalhões, antes mesmo do Didi entrar em cena, reflete algo da decepção entre as crianças que foram domingo à Festa da Criança, na praça das fontes do Parque da cidade. Quem montou nos adultos, viu alguma coisa — o Dedé tirar a peruca do Zacarias, por exemplo — mas a maioria só ria quando se lembrava de palavras trapalhetes: chulé, lambida etc. O lugar escolhido para o show favorece aos mais altos. Mas não era uma festa para as crianças?

Assistir aos pára-quedistas era a tônica da Festa promovida pela Novacap e realizada dias 10, 11 e 12 de outubro. O pára-quedas retangular e de cores vivas, parecendo uma asa delta, despertou grande interesse no público por sua capacidade de manobra a poucos metros do chão. Toda vez que um colorido pousava, era logo cercado pela garotada totalmente deslumbrada. Na manhã do dia 12, um piloto fraturou o braço direito ao cair meio de lado. Aliás, pela revistinha produzida pela extinta Secom e distribuída à garotada, contando a trajetória de Santos Drumont e suas experiências "arrojadas", o risco de acidentes faz parte de qualquer voo. Curiosamente, no mesmo dia, em Bedu, Japão, um menino de 25 anos chamado Pedro Paulo, o Pepê, surfista famoso desde o tempo do Pier, e até mesmo nos cantões de Sunset e Pipeline, Havaí, vencia o mundial de Vão Livre.

Segunda-feira à tarde as atrações foram outras, e delas as crianças puderam participar. No local dos concertos da Cabeças, o rei está dodói estava sendo apresentada, mas, assim que a banda do Corpo de Bombeiros iniciou suas marchinhas, muitos a preferiram, para logo



A criança, o céu.

em seguida mudarem novamente de diversão à chegada do Mickey e da Minnie. Este deslocamento era acompanhado pelos

vendedores ambulantes que povoaram o Parque: só nas imediações do anfiteatro havia 30 carrocinhas. Além dos doces

distribuídos — chocolates, cicletes e coca-cola — a garotada pedia aos pais para comprar iô-iô, bandeirolas, catavento e balões. Os livros, vendidos pela Casa do Livro nos stands da Festa dos Estados, eram procurados por iniciativa das mães, e, segundo um balconista, de preferência os fartamente ilustrados.

Os casos de descoberta ou de simples admiração eram muitos, como sói ocorrer nessas ocasiões. Assim, tanto havia a dupla de mocinhas que parava e via passar o rapaz pára-quedista num reluzente uniforme amarelo, como a dupla de guardinhas que se excitava e via atentamente a garota precoce gingar macio. Ou ainda: enquanto um gordinho pedia algodão-coco, recebia o não do pai, e saía cabisbaixo para o lado da mãe, o garotão de camelo chegava à conclusão que não apenas de Brooke Shields vivem os sentidos: os brotinhos das cidades-satélites são vivíssimas e gracinhas porque fontes de naturalidade.

Na hora do teatrinho, realizava-se um calçadão da arte, surgindo então figuras do que os aprendizes têm em mente: casa (com rabo), árvore, sol, avião, homem com a cabeça bem maior que o corpo, pássaro dentro de uma caverna, pára-quedas preso na cabeça de um homem, carro, nome (Karla), cogumelo louco (grama preta, caule vermelho, pigmentado em roxo e amarelo), saci pererê, prédio do Congresso deformado, o nome Botafogo (escrito obviamente em preto), e um retrato de Delma (de colar e brincos).

Havia quem preferisse as corridas de saco, o cabo de guerra, ou pisar nos desenhos. Foi o caso de dois meninos, ambos de calça comprida, que acabaram levando tinta do pessoal a fim de pintar.

Engenheiro garante: Ginásio brevemente será reformado

Zildenor Ferreira Dourado

As chuvas e os ventos fortes foram os culpados pela interdição do Ginásio de Esportes de Brasília construído há apenas oito anos e abandonado desde agosto do ano passado à espera de reforma. Esta é a opinião do engenheiro Edison Grossi, superintendente da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), que negou haver perigo iminente de desabamento. Conforme previu, se continuasse como está, o Ginásio só cairia daqui a 108 anos. E acrescentou: "Seria muito bom ter alguém para ser crucificado por isso. Eu não gosto do autor do projeto. Mesmo assim não posso condená-lo. De acordo com as normas técnicas vigentes, os cálculos estão perfeitos."

Grossi explicou que as longarinas, chapas de alumínio sustentadoras do Ginásio, sofreram, com o tempo, um processo de deformação devido à ação das chuvas que se infiltraram no telhado. O laudo técnico de uma empresa especializada Figueiredo Ferraz, vai mais além ao afirmar que, "as telhas foram colocadas de maneira inadequada provocando a retenção de água nos dias chuvosos, com conseqüente sobrecarga para a estrutura."

Embora o GDF (Governo do Distrito Federal) já tenha liberado uma verba de Cr\$ 60 milhões para o início das obras, previsto para o mês passado, Grossi disse que ainda deverá aguardar o fim do processo de licitação; pois a firma vencedora fez um orçamento de Cr\$ 74 milhões que terá de ser reduzido para 60, com o corte de algumas despesas extras. Se não houver acordo, nova licitação será feita. Os serviços a serem prestados são: remanejamento da cobertura, da lã de vidro e do forro acústico; remanejamento das instalações elétricas e de som; e recomposição dos telhados. O prazo de entrega é de 150 dias, mas, provavelmente, deve ser dilatado por causa da aproximação da estação chuvosa.

Mas, o Ginásio de Esportes não é a única vítima das chuvas. O engenheiro comentou que a antiga rodoviária sofre de problemas idênticos. Reafirmando a influência negativa do clima "sobretudo no planalto, onde a incidência é maior" ironizou:

Todas as obras públicas estão sujeitas aos efeitos da erosão. Somente as pirâmides do Egito, feitas de pedra, estão livres disso.

Contudo, Grossi revelou que no caso da Piscina Coberta que caiu há cerca de quatro anos logo após ser construída houve falha humana. "Em Brasília podem ser constatados vários prédios rachados, necessitando de reforço na estrutura, sem que exista erro anterior de cálculo".

Sobre a possível utilização do Ginásio, atualmente, Grossi diz ser contra, mesmo acreditando que isso não provocasse uma tragédia. Para ele, o laudo técnico foi feito com precisão. Portanto, o engenheiro acha que quando o laudo sugeriu a interdição, o fez com responsabilidade.

Outro que defende a paralisação é o diretor do Defer (Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação), coronel Maurício Bicalho. afirmou que essa foi "uma medida muito feliz." Segundo ele, "houve uma deturpação de informações sobre o Ginásio, gerando uma situação latente de que ele poderia cair a qualquer momento. Argumentou ainda que, caso fosse realizado agora, algum espetáculo lá, a platéia certamente criaria tumulto, desde que um simples parafuso caísse do teto. Proferindo o famoso pro-

vérbio, "É melhor prevenir do que remediar", o coronel alertou: "Em primeiro lugar está a saúde do povo, depois o entretenimento".

Reconhecendo que houve "um grande prejuízo sob o aspecto desportivo", Bicalho diz que teve de enfrentar uma série de dificuldades. Entre elas citou: não pôde trazer a Brasília, após as Olimpíadas de Moscou, os melhores atletas do mundo; cancelou o campeonato "dos quatro continentes", de ginástica que, pela primeira vez, seria realizado na América.

No entanto, o coronel acha que os problemas do Ginásio também trouxeram conseqüências positivas. Ressaltou que o "show" de Roberto Carlos, gratuito, realizado ao ar livre, beneficiou boa parte da população carente. Também disse que os espetáculos nunca deixaram de ser realizados em Brasília. "Há o Teatro Nacional que está em pleno funcionamento".

O coronel adiantou que o problema desportivo será logo sanado com a reinauguração, no dia 15 de novembro, da Piscina Coberta transformada em um gigantesco ginásio polivalente.

Cooperativas agilizadas com novo sistema do BNCC

"O Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC tem, na prioridade dada à agricultura pelo presidente da república, sua maior chance de se afirmar, assumindo as responsabilidades que advêm da sua condição de única instituição financeira voltada exclusivamente para o fomento do cooperativismo em nosso país." Assim o presidente do BNCC, Toshio Shibuya, resumiu o esforço que vem sendo feito pelo banco para agilizar seus métodos de ação.

REORDENAÇÃO

O BNCC nasceu em 1943 como uma Caixa de Crédito Cooperativo do Ministério da Agricultura. Em 1951 se transformou no Banco Nacional de Crédito Cooperativo. No entanto, apesar de ter sempre a sombra do Ministério da Agricultura — mesmo porque é o Ministro quem indica o presidente do Banco, de comum acordo com os cooperativistas — o BNCC é uma instituição híbrida. O governo e as cooperativas são, ao mesmo tempo, sócios, financiadores e clientes do empreendimento. Na sociedade, 54 por cento do capital pertence à União e 46

por cento às cooperativas. Como o BNCC está impedido por lei de fazer empréstimos a clientes que não sejam cooperativas (mas pode receber depósitos de quem quer que seja), "a classificação de banco estatal não serve perfeitamente bem ao BNCC", segundo o presidente Toshio Shibuya. Na verdade, o banco seria muito mais uma instituição privada na medida em que cada mutuário é também um pouco dono do banco, uma vez que as cooperativas compram uma porcentagem das ações a cada empréstimo que tomam.

Mesmo com o Banco se situando entre as instituições de porte médio (29º lugar entre todos os estabelecimentos bancários do país), nem tudo eram flores — ou frutos. Havia a corrupção e a inércia administrativas que, somadas, renderam ao BNCC durante três semestres seguidos, há não muito tempo atrás, um balanço no vermelho. Uma estratégia de curto prazo cuidou destes problemas.

Uma estratégia de longo prazo também foi desenvolvida pelo BNCC para que, dentro de cinco anos, o Banco possa, gradativamente, aumentar a captação de recursos em fontes convencionais e não-convencionais. Segundo uma fonte da diretoria, duas medidas se destacam: a

criação da carteira de câmbio e a implantação de novas agências. As seis primeiras carteiras de câmbio do Banco estão localizadas em Porto Alegre, Curitiba, Belém, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Através de um sistema de comunicação, é possível a realização de negócios que envolvam a carteira de câmbio em qualquer agência do BNCC, embora de maneira indireta. "A instalação do câmbio em 4 meses é que nos deixa orgulhosos", comenta a fonte, ao mesmo tempo em que ressalta. "Todos os serviços que dizem respeito ao mercado de câmbio nós fazemos, da mesma maneira que o Banco do Brasil."

Os financiamentos para exportação de produtos agrícolas e a importação de insumos — facilidades conseguidas com a carteira de câmbio — ficam ainda mais facilitados pela implantação de novas agências, que a partir de agora serão instaladas o mais perto possível das regiões produtoras. Este ano já foram inauguradas as de Ilhéus, na Bahia e Londrina, no Paraná. As próximas, segundo o encarregado de instalação de agências, engenheiro Manoel Benjamin, serão as de Dourados, em Mato Grosso do Sul e Rio Verde, em Goiás. Até o final do ano, o BNCC

Cláudio Guimarães Lessa

terá agências em Patos, na Paraíba; Passos, em Minas Gerais; Santo André, em São Paulo e Ponta Grossa, no Paraná. "Além disso", segundo Manoel Benjamin, "será levada a cabo uma completa reforma em todas as agências, com a preocupação, inclusive, de se obter uma padronização dos imóveis. A disparidade das instalações do BNCC hoje é tão grande que até os letreiros identificadores do Banco nas diversas agências são diferentes entre si." Até o final de 81, o BNCC deverá contar com trinta e nove agências.

COOPERATIVISMO INTERNACIONAL

Sendo um banco voltado exclusivamente para a expansão do cooperativismo, o BNCC procura também, com sua carteira de câmbio, aproximar as cooperativas brasileiras das cooperativas estrangeiras para o estabelecimento de intercâmbios técnicos e comerciais. Este ano já foram feitos contratos de correspondência com bancos cooperativos da Europa e Ásia com a finalidade de desenvolver programas comerciais entre cooperativas. Isto eliminará as eventuais intermediações que acabam por aumentar os custos dos negócios de exportação e importação.

Viagens de trem poderão aumentar durante as férias

Não há previsões de ampliação das viagens interestaduais por via férrea, a partir do Distrito Federal, nos próximos meses. A informação é do engenheiro residente da Rede Ferroviária Federal S.A., em Brasília, Paulo Fernandes Costa, ao explicar que a demanda de passagens ainda é muito pequena para necessitar mais de uma viagem semanal, mas acrescenta que isso já era esperado, se levarmos em conta que Brasília é uma cidade que levou mais de vinte anos sem utilizar este meio de transporte.

Segundo Paulo Fernandes, a única possibilidade de haver aumento de viagens será durante as férias, caso cresça a procura de passagens. Explicou ainda que a Rede não transporta passageiros para outros estados do Brasil, porque suas linhas não estão em condições de dar conforto aos passageiros, pois todas estão necessitando de sérios reparos. É por esta razão, continua, que não estamos fazendo viagens nem para Belo Horizonte, acrescentou.

O engenheiro disse que a linha que liga Brasília a Belo Horizonte encontra-se em péssimas condições e só está transportando carga por enquanto. Segundo ele, o trem só pode andar numa velocidade de 35 a 40 km, em média, levando aproximadamente 40 horas para chegar, o que fica impraticável, para o transporte de passageiros, que precisa desenvolver em média de 70 a 80 km horários. — De qualquer modo esta situação é apenas temporária, por que outra linha já está sendo construída e deverá estar pronta dentro de um ano, disse. Paulo acrescentou que os passageiros que desejarem ir para o Rio de Janeiro, já poderão fazê-lo a partir de novembro, quando passará a funcionar uma conexão em Campinas, com destino ao Rio, no horário em que o trem vindo de Brasília, chega até lá.

Como o trem faz ao todo oito paradas durante seu trajeto até à Estação da

Luz, na capital paulista, a maioria dos passageiros não estão indo para São Paulo, mas sim, para as cidades de Araguari e Uberlândia, no estado de Minas Gerais. As outras paradas são: Ipameri, em Goiás; Uberaba, também em Minas; Ribeirão Preto, Campinas e Jundiá, no estado de São Paulo.

O trem parte semanalmente às sextas-feiras, às 20h e 45 min, chegando à São Paulo às 19h e 20 min. do sábado. Em Campinas todos os passageiros são obrigados a trocar de trem, pois até lá a linha férrea é composta por bitolas estreitas, medindo 1m de largura. O trem adaptado para esse percurso foi o do Tipo Bandeirantes, cujos vagões medem 2m e 50 cm, tendo apenas um banheiro feminino e outro masculino, em cada vagão, inclusive no carro das cabines. De Campinas para a frente, a bitola é mais larga, mede 1m e 60cm, o tipo de trem usado é o Vera Cruz, cujos vagões medem 3m e, além de sanitários privativos em cada cabine, têm ar condicionado.

Paulo Fernandes explicou porque a Rede preferiu adaptar os trens Bandeirantes para fazer este percurso; em primeiro lugar devido à largura das bitolas, que já estavam prontas e eram estreitas; além disso porque o Bandeirantes custa dez vezes menos do que o Vera Cruz e a demanda de passagens ainda não é suficiente para um investimento deste porte. — Teríamos que construir nova linha férrea, acrescentou.

Conforto e demora

Um passageiro explicou que preferiu a viagem de trem por que é muito menos cansativo do que a de ônibus. — Com o carro restaurante então, disse o passageiro, a viagem fica muito menos cansativa, pois você pode se levantar, andar um pouco para esticar as pernas e

aproveitar para tomar algo, concluiu.

Na opinião da maioria dos passageiros a viagem é muito agradável e custa quase a mesma coisa do que a passagem de ônibus. — Portanto, só não vai de trem quem tem pressa, disse um deles.

Um fato curioso que pode ser observado, é que a maioria dos passageiros, principalmente os que vão para São Paulo, são pessoas idosas, que estão aproveitando a viagem menos cansativa. Os jovens em sua maioria estão indo para as cidades mais próximas de Brasília, e aproveitando para fazer uma viagem fora da rotina.

Em relação à troca de trens em Campinas, os passageiros disseram que não acham nada complicado, pois a própria Rede se responsabiliza pela bagagem e a troca não é muito demorada.

Fazendo-se uma comparação entre os preços das passagens de ônibus com as do trem, pode-se observar que a diferença é sempre de alguns cruzeiros apenas. Para São Paulo, por exemplo, a viagem de trem na 1ª classe custa três cruzeiros a menos do que de ônibus. Para Uberaba custa Cr\$ 56,00 a menos e para Araguari Cr\$ 73,00 a menos do que as de ônibus. No carro leito o preço de passagem é o mesmo, não importa para onde vá o passageiro, custa Cr\$ 2 mil 800. O mesmo acontece com a cabine leito, que custa Cr\$ 7 mil.

O engenheiro Paulo Fernandes chamou a atenção para a vantagem de uma família que vá fazer a viagem até São Paulo (sendo quatro pessoas: o casal e duas crianças) pois é mais barato comprar uma cabine do que quatro passagens de poltrona-leito, por que além da cabine sair mais barata, é mais confortável.

Bagagem não paga

Uma família disse que optou por

Patrícia Maria Silva de Assis

este meio de transporte por que estavam mudando-se para Campinas, e apesar de não estarem levando móveis ou coisas deste porte, tinham muita bagagem. — De trem, explicou o sr. José Antunes, além de ser possível levar muita bagagem, você não paga nada. O engenheiro Paulo Fernandes confirmou que a RFFSA não cobra pela bagagem dos passageiros.

Uma vantagem para o passageiro que prefere fazer esta viagem é a de que, se ele não quiser andar até o carro restaurante para comer ou beber algo, não é necessário. O trem conta com funcionários da Rede que servem os passageiros durante a viagem.

O Bandeirante que está fazendo o percurso Brasília-Campinas é composto de oito vagões, incluindo a máquina que o impulsiona. O segundo vagão leva a bagagem, em seguida vêm dois vagões de primeira classe e depois o carro restaurante, que separa o carro leito e os dois vagões dormitórios do resto do trem. O trem não oferece muito conforto, é muito simples e a diferença maior para o ônibus é de que é menos cansativo, pois tem mais espaço e as pessoas não precisam ficar o tempo todo sentadas.

Ônibus é preferido

Um passageiro que comprava passagens de ônibus para São Paulo explicou que não ia fazer a viagem de trem por que não via muita vantagem, pois ia levar muito mais tempo para chegar e o preço era o mesmo. Os funcionários do guichê de passagens de ônibus foram categóricos em afirmar que a procura de passagens, mesmo para as sextas-feiras continua a mesma. Segundo eles os passageiros que já estão acostumados a viajar de ônibus não preferem o trem, principalmente por que está no mesmo preço do ônibus.

No Planalto Central surge o quarto poder

Walfredo de Freitas Filho

Com a abertura política no Brasil, os **lobbies** viraram moda no país. Os grupos se alastraram pelo Setor Comercial Sul — SCS de Brasília, rotulados de "Assessoria de Imprensa-Relações Públicas" ou de "Advocacia Administrativa, cobrando de seus clientes de CR\$ 80 mil a 500 mil cruzeiros por mês.

Um dos principais **lobbies** é o da Rede Globo. A sua representante é uma jovem, conhecida como Malu, que circula diariamente pelo Congresso Nacional com os diversos assuntos em pauta para serem debatidos e aprovados pelos parlamentares. A Rede Globo, representada pela jovem, não deixa que certos projetos contra os seus interesses sejam aprovados, usando diversos artifícios para isso. Um projeto temido pela Globo é o da obrigatoriedade das gravadoras numerarem seus discos, no seu caso, é por causa da próspera gravadora Som Livre de sua propriedade, e as atuações da Rede não terminam aí, atuam também, junto ao Poder Executivo, pergunte a família Saad que ela irá informar o poderio global.

Outra jovem, que ronda pelo Parlamento, é uma jornalista, contratada por dois meses por uma poderosa companhia de cigarros para tentar impedir ou modificar o projeto que obriga nos maços de cigarro um slogan: É Prejudicial à Saúde. Mas a jovem vem conseguindo que o slogan seja alterado, para: Pode Ser Prejudicial à Saúde.

MULTIS

O deputado Walter Silva (PMDB-RJ) é uma das vítimas dos famosos **lobbies**, pois três projetos de sua autoria vêm sendo combatidos por esses grupos. Um desses projetos obriga o Poder Público a publicar mensalmente a relação atualizada

dos medicamentos sob suspeita de serem nocivos à saúde humana, discriminando aqueles que já tenham sido proibidos em outro país. Walter Silva alega que muitos dos remédios vendidos no Brasil foram declarados responsáveis por milhares de mortes no Japão, Estados Unidos, Canadá, França e outros países, onde se acham proibidos. Outra porção desses remédios, ao contrário, acentuou, foi proibida por não passarem de uma mistura, muitas vezes, de água ou outro líquido com produtos químicos sem efeitos terapêuticos, constituindo-se em autêntica fraude em relação às propriedades enunciadas em suas bulas.

Segundo o deputado fluminense, os **lobbies** atuam mais no Partido Democrático Social — PDS, pois é a maioria no Congresso, e qualquer lei, para ser aprovada, irá depender dos parlamentares do partido governamental, não da oposição. Os **lobbies** das multinacionais da saúde já estão pressionando os governistas a votarem contra o projeto. Outro projeto de sua autoria obriga o governo a exercer controle sobre a qualidade dos alimentos e fiscalizar o intermediário, pois segundo ele, os preços chegam distorcidos ao consumidor. O projeto de Walter Silva que mais incomoda as multinacionais é o que proíbe a comercialização e o uso de defensivos agrícolas à base de mercúrio.

EFICIÊNCIA

Mas como os grupos agem? Eles atuam desde a elaboração de leis a partir do instante em que um grupo procura conquistar a opinião até o momento em que as medidas que defendem se consolidam num texto legal, quando então, passam a assediá-lo e o respectivo órgão com solicitações relacionadas com a sua aplicação.

Para a professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Leda Rodrigues, o fenômeno do **lobby** no Brasil e no exterior, tem como caráter principal de influenciar por meios interpostos pessoais, sem ocupar posições políticas de responsabilidades. As suas táticas estão relativamente bem estudadas e exemplificadas em vários trabalhos publicados. Leda acha que estão inclusos desde o contato pessoal direto dos agentes dos grupos interessados com os representantes do governo, até as ações coletivas e as formas mais sutis de propaganda e formação de uma opinião pública favorável às reivindicações dos grupos, ou as contribuições para as campanhas eleitorais e determinados interesses.

Os **lobbies** procuram principalmente persuadir, prestar informações de ordem técnica e confidenciais, fazer pequenos favores ou dar presentes, que não comprem consciências, mais predispoem favoravelmente os beneficiários. Em último caso, como ocorre no Brasil, os grupos podem recorrer à intimidação ou ao suborno. Em alguns casos, pretende-se favorecer nomeações para altos cargos governamentais ou, ao inverso, forçar ou contribuir para demissão de altos funcionários públicos, prefeitos e até ministros.

Nos Estados Unidos o **lobby** é uma instituição de caráter nacional, respeitável, considerada uma prática de exercício democrático, embora temida. Os escritórios são devidamente registrados no Ministério da Justiça — o que não ocorre no Brasil, onde o **lobby** não é legal, e qualquer cidadão, empresa ou entidade têm direito de contratar os seus serviços para pressionar os legisladores a que introduzam mudanças na legislação. A parte afetada, se houver, poderá contratar outro

escritório, e ambos, irão brigar pelos interesses dos seus clientes no Congresso. Caberá aos parlamentares decidir pela parte que acham que está com razão.

As pessoas que praticam o **lobby**, são os **lobbyists**, que atuam, também, paralelamente ao Poder Executivo. Nestes casos, eles procuram os órgãos de administração e fazem a defesa dos interesses de seus clientes para que certas medidas sejam efetivadas ou conseguir que outras não efetivem. O próprio Poder Executivo possui sua equipe organizada que atua junto ao Congresso, fazendo a defesa dos seus interesses. O exemplo mais recente, é o da Taxa de Lixo para o Distrito Federal, onde membros do Palácio do Buriti agiram pelos escritórios dos parlamentares, e eles se deram muito bem, pois a população de Brasília não tem representatividade no Parlamento.

Para alguns parlamentares, como é o caso de Walter Silva, acham que o **lobby** no Brasil é nocivo à sociedade, pois não defende as minorias, e sim, as multinacionais e transnacionais. O deputado fluminense afirma que uma saída é a criação de uma Comissão de Defesa do Consumidor, de caráter extra-parlamentar que exercesse pressão sobre o Executivo. Se existisse um tipo de entidade assim, neutralizaria as influências do **Lobby-econômico** — concluiu o parlamentar oposicionista. Mas, para Jorge Costa Neves, da AAB, que é dono das maiores contas, Shell e Alcoa, disse que é preciso colocar urgentemente o **lobby** em discussão, regulamentá-lo, até-lo cada vez mais ao nosso Código de Ética. Ele existe, é útil, necessário e fundamental para se praticar uma moderna democracia. Para Neves, o **lobbyist** é um agente democrático, que faz a vontade da opinião pública, sendo intermediário entre o povo e o poder.

Centro ecológico pedagógico faz triagem de ingressos

Cláudio Silva

O símbolo da recém-criada fundação em defesa da ecologia, Funde, apresenta um guará bem no centro. Não por acaso, típico que é da região centro-oeste, representa o 19 Parque Ecológico Pedagógico: centro irradiador que está criando um **Centro de Motivação**, baseado no texto do projeto de lei, sobre educação ecológica, a ser enviado ao Congresso em setembro pela senadora Eunice Michiles, presidente da Funde.

Esta Fundação implantou o 19 Parque no Instituto Dom Orione. O superintendente do Dom Orione, prof. Sílvio Breckenfeld, é o idealizador dos chamados **Centros de Motivação**. A idéia é mais ou menos essa: na educação primária, daqui em diante, explorar as possibilidades de cada ecossistema para enriquecer o exercício das atividades artísticas ou mesmo das científicas.

Os futuros **parques nacionais** escolas vão adaptar as aulas conforme dada eco-região, procurando-se, cada vez mais, entrelaçar o trinômio arte-ciência-ecologia e aplicá-lo no dia-a-dia da educação.

Nos fins-de-semana as instalações do Parque podem ser visitadas pelo público. Hoje há pouco para se ver, mas pela planta existente no **Centro de Motivação**, esse primeiro Parque Pedagógico promete ser um mini-zoo. "O movimento desse público de fora, em visita ao Parque, é efetivamente importante," diz o prof. Sílvio, "para que setores governamentais se sensibilizem e conscientemente apoiem a prática da comunidade ecológica". Neste caso ele admite que "possivelmente se minimizem dificuldades financeiras das escolas de amparo a crianças pobres".

O **Centro de Motivação** procura valorizar a fauna e a flora das eco-regiões brasileiras, fazendo uma espécie de triagem de interesses, e iniciando um aprofundamento às espécies. Para esta orientação, desenhou-se um mapa do Brasil no piso do prédio-galpão, de 500m², de onde divergem quatro portas em direção às eco-regiões — norte, sul, nordeste e centro-oeste — que terão nas áreas construídas barracas-curral de variadas formas, dependendo do tipo de animal.

Segundo o prof. Breckenfeld, futuramente o **Centro** vai precisar de estudantes da área de Comunicação, para que as mensagens ou idéias motivacionais sejam realimentadas com base em pesquisa extensiva.

No Parque inaugurado, na QI 15-lago sul, existe um laboratório provisório trabalhando na biometria de caaitús (porcos) da Amazônia. O pessoal do laboratório é escolhido entre os alunos, na maioria, da turma dos internos. O outro bicho é um papa-cacau, papagaio do norte. "Os caaitús listados são raros, por isso iniciaremos um trabalho de reprodução, que visa também a um híbrido," informa Breckenfeld.

Dentre os objetivos apreçados no **Centro**, e que se referem aos **parques-escolas**, há pelo menos um que centraliza e resume as preocupações ecológicas: Promover uma formação de desenvolvimento em harmonia com a natureza. E para isso o aprendizado nas escolas primárias influi decisivamente no que um dia será chamada de mentalidade adulta.

